

A ABORDAGEM TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO A PARTIR DA PERSPECTIVA RELACIONAL: UMA PROPOSTA TEÓRICA PRELIMINAR

TERRITORIAL APPROACH OF DEVELOPMENT FROM A RELATIONAL PERSPECTIVE: A THEORETICAL PRIMARY PROPOSE

Joana Tereza Vaz de Moura
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Ivaldo Sousa Moreira
Université de Toulouse II – Toulouse - França

Resumo: A discussão do desenvolvimento territorial vem ganhando ênfase tanto em trabalhos acadêmicos como em termos de estratégias de políticas públicas voltadas ao mundo rural. Esta abordagem tem se orientado nos diferentes lócus de relações e processos sociais, econômicos, políticos e culturais. Entretanto, conforme já destacado por Abramovay (2008), a literatura se caracteriza por uma ausência de fundamentos teóricos consistentes para entender a noção de desenvolvimento territorial. Percebe-se a falta de um referencial teórico mais adequado capaz de produzir reflexões sobre as interações sociais. Assim, este artigo tem como objetivo propor um referencial teórico a partir de uma abordagem relacional, identificada nas obras de Bourdieu (1989; 2000), Norbert Elias (1994; 2000) e Neil Fligstein (2005), que permite avançar no tratamento analítico de alguns fatores (arranjo institucional, relações e laços sociais). Através da abordagem relacional é possível questionar as comparações, próprias dos estudos sobre desenvolvimento territorial, que buscam nos fatores intangíveis (a exemplo do capital social) os elementos explicativos das diferenças entre certas regiões (ABRAMOVAY, 2007), deixando de perceber o território como um espaço de pertencimento, de diversidade, de relações de poder e de conflitos, no qual interagem atores marcados por diversas orientações e mantendo diferentes relações com as políticas públicas.

Palavras-chave: desenvolvimento territorial, abordagem relacional, relações sociais.

Abstract: The discussion of land development has gained emphasis on both academic and laboring in terms of strategies for public policies oriented to rural areas. This approach has focused on the locus of different relationships and social, economic, political and cultural. However, as previously highlighted by Abramovay (2008), the literature is characterized by a lack of consistent theoretical basis for understanding the concept of territorial development. We can see the lack of a theoretical framework capable of producing more appropriate reflections of social interactions. Thus, this paper aims to propose a theoretical framework from a relational approach, identified in the works of Bourdieu (1989, 2000), Norbert Elias (1994, 2000) and Neil Fligstein (2005), which allows you to advance in the analytical treatment of some factors (institutional arrangements, relationships and social ties). Through the relational approach is possible to question the comparisons own studies on territorial development, seeking the intangible factors (such as the capital) the factors explaining the differences between certain regions (ABRAMOVAY, 2007), missing the territory as a place of belonging, diversity, power relations and conflict, in which they interact and actors marked by several different orientations and maintaining relationships with public policy.

Key-words: territorial development; relational approach; social relations.

INTRODUÇÃO

As discussões sobre desenvolvimento territorial vêm despertando cada vez mais o interesse dos cientistas sociais, dos agentes do governo, bem como da sociedade civil. A perspectiva territorial tem sido utilizada como elemento de balizamento para as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento com fins sociais. E isso ocorre muitas vezes porque esse conceito vem sendo utilizado como “salvador do meio rural”, especialmente, a partir do reconhecimento pelo Estado de que as políticas nacionais e centralizadas foram incapazes de perceber as diferenciações regionais e, portanto, não conseguiram diminuir as desigualdades sociais.

A utilização indiscriminada dessa noção tem causado uma enorme confusão no entendimento dos processos sociais já que vão de visões que oscilam entre perceber o território como uma configuração estática, até a visão de território como realidade complexa e dinâmica, em permanente transformação, reflexo das dinâmicas físicas, socioeconômicas e culturais do contexto local (GEHLEN & RIELA, 2004).

Conforme ressalta Abramovay (2002; p.02), pensar a dimensão territorial do desenvolvimento requer dar importância “à montagem das “redes”, das “convenções”, em suma, das instituições que permitem ações cooperativas”.

Assim como Abramovay (2008), Fernandes (2004) adverte que a tentativa de utilização da noção de desenvolvimento territorial na literatura acadêmica acabou ignorando um dos principais movimentos do desenvolvimento – os conflitos sociais. “Os territórios não são apenas espaços físicos, são também espaços sociais, espaços culturais, onde se manifestam as relações e as ideias transformando em território até mesmo as palavras” (FERNANDES, 2004:27). Esse autor ainda destaca que, se compreendermos o território apenas como o espaço da governança, ocultamos os diversos territórios e garantimos a manutenção da subalternidade entre relações e territórios dominantes e dominados. Segundo o autor, é preciso partir do território como espaço de governança, mas reconhecer os outros tipos de territórios fixos e fluxos, material e imaterial, formados pelas diferentes relações sociais e classes sociais.

As contradições produzidas pelas relações sociais criam espaços e territórios heterogêneos, gerando conflitualidades. As classes sociais, suas instituições e o Estado produzem trajetórias divergentes e diferentes estratégias de reprodução socioterritorial. A conflitualidade é, portanto, um processo em que o conflito é apenas um componente (FERNANDES, 2008).

Abramovay, preocupado com essas questões, adverte que podemos colocar ênfase na territorialidade por pertencimento, identificação, mas que o mais importante consiste em dotarmos de meios teóricos eficazes que estimulem os estudos empíricos dos conflitos sociais, “em outras palavras, a ênfase nos elementos cognitivos, culturais e de identidade que fazem os territórios

escamotearem a análise dos conflitos políticos e dos interesses contraditórios que estão em sua base" (ABRAMOVAY, 2007, p.08).

Portanto, este artigo tem como objetivo principal propor um referencial teórico a partir de uma abordagem relacional, identificadas nas obras de Bourdieu, Norbert Elias e Neil Fligstein, que permite avançar no tratamento analítico de alguns fatores (arranjo institucional, relações e laços sociais, conflitos). Com o propósito de apontar caminhos teóricos que permitam orientar as discussões e as análises sobre o desenvolvimento territorial no Brasil, especialmente, as concepções de Pierre Bourdieu sobre campo, de Norbert Elias sobre configuração e de Fligstein sobre interações sociais e habilidades, mostram-se fundamentais para uma maior compreensão da dinâmica e dos impasses territoriais.

Para Bourdieu (1989), o campo consiste no espaço em que ocorrem as relações entre os indivíduos, os grupos e as estruturas sociais, espaço esse sempre dinâmico e com uma dinâmica que obedece a leis próprias, animada sempre pelas disputas ocorridas em seu interior, e cujo móvel é invariavelmente o interesse em ser bem-sucedido nas relações estabelecidas entre os seus componentes (seja no nível dos agentes, seja no nível das estruturas). O suporte oferecido por Norbert Elias é o seu conceito de configuração que refere-se a uma teia de relações de indivíduos interdependentes e que se encontram ligados entre si a vários níveis e de diversas maneiras, sendo que as ações de um conjunto de pessoas interdependentes interferem de maneira a formar uma rede de relações de força (BRANDÃO, 2003). Fligstein complementa a visão dos dois autores a partir do seu esforço de aplicar a noção bourdieusiana de campo ao estudo da formação dos mercados e dos processos localizados de cooperação (ABRAMOVAY, MAGALHÃES & SCHROEDER, 2005) e pelo desenvolvimento da noção de habilidade social como a capacidade de induzir e obter a cooperação alheia (ABRAMOVAY, 2007).

A partir desse novo olhar sobre a abordagem territorial do desenvolvimento pretende-se oferecer um referencial que possibilite a confrontação com demais teorias objetivando produzir análises mais próximas da realidade. O artigo sustenta a hipótese de que a abordagem mais empírica da teoria relacional pode reter as preocupações normativas identificadas nos conceitos de capital social (ABRAMOVAY, 2007) e sociedade civil (BORBA, 2004), que buscam um conjunto de atributos característicos das situações virtuosas que se transformam em recomendações às organizações públicas e privadas. Além disso, poderá contribuir para a compreensão das relações entre as formas de associativismo e o Estado em contextos onde vigoram arranjos participativos, por exemplo, os colegiados territoriais, espaços novos de discussão entre agricultores familiares, movimentos sociais rurais, técnicos de ATER, sindicatos, ONGs e o poder público.

Focalizando nos referenciais teóricos propostos o artigo está estruturado em quatro partes, além desta introdução. Na primeira parte, buscamos fazer uma breve contextualização do aparecimento da abordagem territorial na literatura recente sobre o tema do desenvolvimento, utilizando a literatura dedicada ao caso brasileiro, sem comprometer, contudo, referências internacionais quando necessário. Na segunda e terceira partes, destacamos a importância da análise dos

processos territoriais considerando a existência de “redes de articulação” de atores, instituições e programas no processo da política pública, buscando caracterizar suas formas de construção e identificar seus participantes, as estratégias de ação coletiva e suas condições de reprodução ao longo do tempo. Portanto, neste ponto, apresentamos algumas definições teóricas que podem fornecer ferramentas pertinentes para entender a natureza dos laços sociais que formam os territórios. Ao final, elaboramos as principais conclusões, buscando, de forma tentativa, indicar e sugerir novos olhares sobre a discussão territorial.

1 A abordagem territorial do desenvolvimento

Nestes últimos anos, a abordagem territorial do desenvolvimento, aparentemente, consolida-se como “um instrumento teórico-metodológico” de referência. Ela tem subsidiado estratégias e políticas de desenvolvimento. Trata-se de um “instrumento” que incorpora novas reformulações no que se refere ao campo das políticas econômicas, sociais, ambientais e territoriais, provocando mudanças importantes e significativas no contexto das intervenções em matéria de desenvolvimento. Os seus princípios e os seus dispositivos metodológicos orientam-se para o apoio às práticas características da gestão participativa do território.

Particularmente a partir do início dos anos 1990, com o agravamento da crise econômica e conseqüentemente da exclusão social, impulsionam-se grandes transformações estruturais no âmbito da ação pública. Essas transformações marcaram, portanto, uma ruptura na maneira de analisar e pensar o desenvolvimento rural. Essa ruptura impôs novos critérios de ações e de avaliação no que se refere ao desenvolvimento. Neste sentido, o desenvolvimento rural, como sinônimo exclusivamente de desenvolvimento agrícola, perde a importância. A introdução desses novos critérios, as noções como as de meio ambiente sustentável e a de qualidade de vida, provocam mudanças significativas relativas ao conteúdo conceitual da noção de desenvolvimento. Do mesmo modo, é evidente que a mudança de critérios e de métodos de abordagem do desenvolvimento também conduziu às transformações essenciais em termos de estratégias da ação pública, e particularmente nos princípios das ações do Estado.

Para Scheneider (2004), alguns fatores foram fundamentais para a constituição da noção territorial como uma abordagem privilegiada ao invés da ideia de desenvolvimento regional. O primeiro fator refere-se ao esgotamento teórico e prático da abordagem regional, que torna evidentes os limites da noção de região como unidade de referência para se pensar as ações e políticas públicas destinadas à promoção do desenvolvimento rural. Um segundo fator refere-se à entrada de novos critérios de julgamento e à avaliação do que poderia ser definido como desenvolvimento, tais como as noções de sustentabilidade ambiental e de qualidade de vida, passaram a vigorar e a se legitimar, especialmente na década de 80. Um outro fator, que pode ser citado, como motivo importante para a emergência da abordagem territorial, está baseado no questionamento crescente

da dinâmica setorial de ramos da atividade econômica que passaram a se desenvolver muito mais a partir de uma lógica de escopo do que de escala.

É diante desse quadro que “a abordagem territorial” aparece no âmbito das estratégias de gestão pública no Brasil. Esta nova abordagem questiona os instrumentos tradicionais da intervenção pública (setoriais, fragmentadas etc). Trata-se de uma estratégia que visa arquitetar novos mecanismos de regulação entre o Estado e a sociedade, buscando o reconhecimento e a valorização dos atores sociais. Nesse sentido, ressalta Shneider (2004), “o território emerge como nova unidade de referência para a ação do Estado e a regulação das políticas públicas”. Em termos gerais, trata-se, na verdade, de uma tentativa de resposta do Estado às fortes críticas a que vinha sendo submetido, sobretudo, tendo em vista a ineficácia e a ineficiência de suas ações, seu alto custo para sociedade e a permanência das mazelas sociais mais graves, como a pobreza, o desemprego, a violência etc. (SCHNEIDER, 2004, p. 102).

A política de desenvolvimento territorial inscreve-se no âmbito estratégico desta nova concepção de desenvolvimento rural, simbolizando a emergência de uma nova lógica de ordenamento do território. Ela visa instaurar um novo quadro de gestão na função pública, implicando o Estado e o conjunto dos atores sociais. Pode-se ressaltar, entre outras coisas, que esta política visa, por conseguinte a promoção da planificação e a aplicação dos dispositivos visando facilitar a participação dos atores locais no processo de desenvolvimento dos territórios rurais.

Falamos frequentemente da abordagem territorial para qualificar os novos modos de intervenção, notadamente aqueles ligados aos temas do desenvolvimento fundado na gestão pública mais participativa, que privilegie uma ação pública de parceria, contratual, etc. Compreendemos, portanto, que analisar o território e as suas novas interpretações, implica interrogar-se sobre a legitimação e a importância desta abordagem na perspectiva de construção da política de desenvolvimento rural.

E nesse novo cenário ganham destaque iniciativas como a descentralização das políticas públicas; a valorização da participação dos atores da sociedade civil, especialmente ONGs e os próprios beneficiários; a redefinição do papel das instituições; e a crescente importância do poder público, notadamente das prefeituras locais e dos atores da sociedade civil (SCHNEIDER, 2004).

No Governo Lula as iniciativas de planejamento territorial se expandiram a vários ministérios: o Ministério do Desenvolvimento Social, com o “Fome Zero” e os CONSADs; o Ministério de Integração Nacional, com os PROMESSOs; e o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), com os Planos de Desenvolvimento Rural Territorial.

Pode-se dizer que a noção de território abre caminho para um avanço notável no estudo do próprio desenvolvimento, já que convida que se coloque ênfase na maneira como os diferentes atores – privados, públicos e associativos – relacionam-se no plano local (ABRAMOVAY, 2007).

2 Território – espaço produto da “construção social”

O território tem sido objeto de numerosas reflexões por parte de geógrafos, economistas, sociólogos que, com o passar dos anos, têm contribuído para a evolução do seu significado. A ideia de território “é frequentemente sinônimo de espaço, lugar, espaço socializado, espaço geográfico, território *éthologique* ou espaço apropriado” (BRUNET, 1993). Embora utilizados frequentemente como sinônimos, esses termos distinguem-se sob vários aspectos e variam também de sentidos de acordo com as concepções. Antes, portanto, de avançar nossa reflexão, é necessário, em primeiro lugar, precisar e hierarquizar essas duas noções vizinhas.

Assim, o ponto de partida é compreender que o espaço está em posição de precedência em relação ao território. Sem entrar em detalhes, o espaço é considerado como um conjunto de lugares e de relações entre lugares, definido pela interação entre os atores sociais locais, produto da organização das sociedades, agente de preservação e do desenvolvimento das sociedades no seu território (MOINE, 2007). O espaço pode ser considerado como um dos fatos que estrutura, ou mesmo como eixo dos grandes sistemas de relações.

Para Brunet, Ferras e Théry (1993), o espaço geográfico é definido como uma extensão terrestre aproveitada e organizada pelas sociedades tendo em vista sua reprodução. Ele “designa uma concepção de relações, interdependência, ou seja, o espaço como ideia de sistema (sistemas de objetos e sistemas de ações)” (SANTOS, 1997). Conjunto inseparável de sistema de objetos e sistema de ações, que permite trabalhar como um conjunto o resultado desta interação, como processos e como resultado, a partir de categorias analiticamente distintas e cuja análise considerará precisamente as características próprias de cada uma, bem como a multiplicidade e a diversidade das situações e os processos. Santos (1997) acrescenta igualmente que as relações são formadoras dos sistemas de ações, as quais produzem espaços fragmentados, divididos, unidos, singulares, dicotomizados, fracionados, por conseguinte igualmente conflituosos.

Conceito básico no estudo da geografia, o território inicialmente tem sido mobilizado no campo das ciências naturais para designar a relação entre o domínio de espécies animais ou vegetais numa dada zona física. Di Méo (1991) argumenta que esta abordagem “repousa com efeito sobre a concepção mais primitiva da noção de território, a do espaço defendido por qualquer animal confrontado à necessidade de proteger-se, assegurar a segurança da sua progênie e de controlar os recursos indispensáveis à sua sobrevivência”. Nesse ponto de vista, o território é designado por um processo de apropriação e conquista “concreta e abstrata da natureza” (GODELIER, 1984).

A concepção do território que privilegiamos aqui se distingue em primeiro lugar do “local”, frequentemente sinônimo de proximidade geográfica, “mal definida” em termos de distância; ela o distingue em segundo lugar, claramente do “espaço”, “ambiente e dimensão intrínseca da sociedade, produto da sua atividade e agente da sua reprodução” (BRUNET, 1980). Ela se insere num

pensamento geográfico ligado às reflexões de Claude Raffestin, para quem o território “é uma produção a partir do espaço”, envolvendo as relações de poder (RAFFESTIN, 1980, 1986, 1988), e mais ainda Robert Sack, que estabelece, em particular às suas aplicações concretas, uma distinção mais sistemática e rigorosa entre apropriação de territorialização do espaço.

A noção de território compreende algumas ideias centrais. Primeiro, é fortemente ligada à ideia de apropriação. Ele corresponde a uma porção de espaço apropriado, delimitado e governado, “uma obra humana”. Apropriado se lê em dois sentidos: próprio a si mesmo e próprio a qualquer coisa. O território é a base geográfica da existência social. Toda sociedade tem território, produz território. “Na verdade, ela possui, em geral, vários territórios, ou mesmo uma multitude” (BRUNET, 1993). Segundo, o conceito de território compreende uma concepção “ao mesmo tempo jurídica, social e cultural, e mesmo afetiva” (BRUNET, FERRAS E THÉRY; 2001). Nesse sentido, podemos destacar alguns pontos importantes: i) “o território implica sempre uma apropriação do espaço; ii) o território não se reduz a uma entidade jurídica (algumas entre elas não dão nascimento a um sentimento de identidade coletiva); por último, iii) também não pode ser assimilado a uma série de espaços vividos, sem existência política ou administrativa reconhecida”. Desse ponto de vista, o território não se reduz mais à ideia de um enraizamento camponês num lugar, nem as fixações das pessoas a um bairro, nem aos lugares frequentados: é necessária alguma coisa a mais: os sentimentos de pertencimento (sou daqui) e de apropriação (isso é meu, é a minha terra, meu domínio) (BRUNET, FERRAS E THÉRY, 1993).

A ideia de território pode igualmente ser concebida como “uma arena de influência”, arena de ação e gestão do local onde se confrontam e enfrentam-se os atores implicados na sua estruturação. “Um espaço de relações sociais, onde há o sentimento de pertencimento dos atores locais à identidade construída e associada ao espaço de ação coletiva e de apropriação, onde são criados laços entre esses (Brunet, 1990 apud Vieira e Cazella, 2008). Um espaço geográfico construído socialmente, marcado culturalmente e delimitado institucionalmente (SABOURIN, 2002). Desse ponto de vista, podemos dizer que o território constitui-se como o resultado de um processo de reprodução e, sobretudo, de apropriação do espaço por atores ou grupos sociais. Ele se configura “como o resultado de um processo “de uma apropriação ao mesmo tempo econômica, ideológica e política do espaço por grupos que se dão uma representação específica de eles mesmos, da sua história” (DI MÉO, 1998). Para esse autor, o conceito de território reúne noções de vida, de espaço social e de espaço vivido.

Nessa perspectiva, podemos dizer que o território não é apenas o “receptáculo geográfico neutro onde empresas, coletividades e indivíduos atuam” (BEDUSCHI E ABRAMOVAY, 2003) ou, como precisam Sabourin e Teixeira (2002), “um simples suporte físico das atividades econômicas ou um espaço de localização dos agentes, é socialmente um espaço construído historicamente e, onde a eficiência das atividades econômicas é condicionada fortemente por relações de proximidade e o fato de pertencer a este espaço”. Cada vez mais, os territórios vão-se tornando verdadeiros atores, em virtude da interação que

promovem entre os conhecimentos das empresas, dos representantes eleitos, do setor associativo local e dos próprios órgãos do Estado (BEDUSCHI E ABRAMOVAY, 2003). Essa perspectiva nos leva a observar que a ideia central da abordagem territorial do desenvolvimento centra-se na preocupação com a integração e a coordenação entre as atividades, os recursos e os atores, em oposição às abordagens setoriais ou corporativistas que opõem o urbano ao rural ou mesmo o agrícola ao industrial, a universidade ao ensino elementar, a pesquisa ao desenvolvimento etc (SABOURIN, TEIXEIRA, 2002).

Em síntese, observando o território sob esse ângulo, podemos dizer que a construção do território opera-se graças às interações entre diferentes atores e as suas práticas, mas também graças a estratégias de elaboração mais concorrenciais que se apoiam nos aspectos culturais, históricos, nos conhecimentos, nas experiências dos atores, em grupos, em indivíduos, etc.. Tal construção pressupõe existência de uma relação de proximidade dos atores (público e privado) (PECQUEUR, 1996; VIEIRA E CAZELLA, 2008). Portanto, podemos dizer que o território é o resultado das estratégias dos atores, espaço onde se constroem as relações sociais e as identidades individuais e coletivas.

3 A abordagem territorial ao olhar de novas perspectivas: a perspectiva relacional e as configurações sociais

Nesta onda de pensar o desenvolvimento a partir de uma abordagem territorial, a literatura acadêmica brasileira acabou se centrando numa perspectiva de análise, identificada por Abramovay (2007), que consiste em comparar regiões cuja dotação objetiva de fatores é similar, mas que diferem muito quanto ao dinamismo econômico e a seus resultados sociais e ambientais (caso da utilização do conceito de capital social como elemento explicativo). Para o autor, quando se utiliza esta perspectiva de análise utiliza-se um conjunto de atributos que mostram as situações virtuosas e essas devem ser repassadas às organizações públicas e privadas.

Segundo Veiga (2003), é primordial que se ignore as concepções e dicotomias entre rural e urbano. O território deve ser apropriado nas suas dimensões relacionais constituindo um todo e, o grande desafio está, por conseguinte, em nomear uma estratégia realista que possibilite a efetivação de ações setoriais para uma articulação horizontal de intervenções.

O estabelecimento da abordagem territorial sobre o desenvolvimento rural conjetura que o nível apropriado de tratamento analítico e conceitual dos problemas concretos deva ser espaço de ação em que perpassam as relações sociais, econômicas, políticas e institucionais (SCHNEIDER e TARTARUGA, 2004). Portanto, enfatiza-se a importância da perspectiva relacional, como a própria representação que um grupo possui do outro e de si mesmo, que é determinada pelas relações de poder que delimita e permite o interagir dos grupos com suas identidades, representações e ações.

Para tanto, algumas questões se mostram fundamentais na análise de determinadas ações que buscam o desenvolvimento territorial: Quais atores estão envolvidos em quê? Quais as estratégias dos atores? Qual é o grau de intervenção dos diferentes níveis de ação e quais impactos possíveis? Quais são os atores e os recursos mais importantes mobilizados durante as definições dos projetos de desenvolvimento? Como se configuram os espaços de participação? Essas questões podem ser respondidas quando adota-se a abordagem relacional nas análises.

Segundo Marques (2007), a discussão sobre mecanismos relacionais confunde-se com a própria análise da política, visto que o poder tem uma natureza intrinsecamente relacional.

A partir dos anos 1970 desenvolveu-se um programa de pesquisas focado no nível intermediário e concentrado na análise dos padrões de relações de indivíduos e entidades que cercam as situações sociais – a sociologia relacional (MARQUES, 2007). A sociologia relacional tem como pressupostos analíticos os processos e não os resultados, permitindo focar em um novo patamar analítico as relações sociais, ao invés dos atributos individuais. Dados relacionais envolvem contatos, vínculos e conexões que relacionam os agentes entre si e não podem ser reduzidos às propriedades dos agentes individuais (EMIRBAYER, 1997).

Nesse sentido, uma das potencialidades da abordagem relacional é que, ao focalizar as relações entre os atores, ela possibilita uma perspectiva de análise que rompe as fronteiras institucionais e apreende como atores posicionados em diferentes contextos institucionais se relacionam e, a partir da configuração destes relacionamentos, são produzidos determinados resultados em termos de políticas públicas (MOURA e SILVA, 2008).

A partir do suporte teórico-metodológico da "sociologia relacional" de Norbert Elias e Pierre Bourdieu e da sociologia econômica de Neil Fligstein, mas que traz identificações com a abordagem relacional quando utiliza a noção de interações sociais, buscamos enfatizar a importância da cooperação e dos conhecimentos e experiências compartilhadas entre os atores sociais na formação de um ambiente que pode permitir o desenvolvimento de algumas regiões.

A ideia central é que o território, mais que simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais e dos custos de transportes e de comunicações. Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico (ABRAMOVAY, 2002, p.04).

Para Elias, os indivíduos existem nas figurações, ou seja, em um determinado contexto específico. Por outro lado, os indivíduos criam esta figuração, transformando-a a partir do cotidiano. (ELIAS, 2000; p.165-197).

No livro *O Processo civilizador*, Norbert Elias relaciona o conceito de configuração ao de interdependência. Para ele, "a rede de interdependências entre os seres humanos é o que os liga. Elas formam o nexos do que aqui é chamado configuração, ou seja, uma estrutura de pessoas mutuamente orientadas e

dependentes” (ELIAS, 1994b, p.249). Vale ressaltar que neste mesmo livro Elias destaca a dinâmica da configuração humana e os seus processos constitutivos.

As relações interdependentes estabelecidas entre os indivíduos dos diferentes grupos (ou sociedades) definem diferentes configurações (quadros) sociais. Tais relações são entendidas como “relações de poder”, não só no sentido de detenção dos meios de produção (ou poder econômico), mas, sobretudo, como “diferenças no grau de organização dos seres humanos implicados” (ELIAS, 2000; p. 21).

Elias discute as relações de dominação simbólica, distantes do tipo clássico de dominação que se faz com base na relação entre capital/ trabalho. Um universo de fatores, não necessariamente econômico, corrobora para a dominação de determinado grupo sobre outro. O *status*, entendido como um capital simbólico, configurar-se-ia aqui como chave no entendimento da relação de dominação.

Pensando o território como um conjunto de laços sociais capazes de fortalecer a identidade de seus atores e, portanto, a cooperação entre eles, é possível, a partir do conceito de configuração, definir qual a natureza dos laços sociais e como se conformam. A convivência dos atores sociais num dado território pressupõe relações de interdependência que podem ser denominadas de configuração, o que para Elias constitui a dinâmica entre as sociedades e os indivíduos, dinâmica essa relacional, repleta de contradições e tensões que implicam lugar e posição social como: propriedade, trabalho, classe, etnia, gênero, geração, instinto e afeto.

Bourdieu, assim como Elias, percebe que a ação política não pode ser reduzida a um somatório de ações individuais. Não podemos reduzir os grupos a uma série desagregada de indivíduos (BOURDIEU, 2005; p. 73). Segundo o autor, essa lógica de agregação, presente especificamente no pensamento estatístico, coloca os indivíduos como um punhado de grãos, que não se comunicam e não conseguem cooperar. Concomitantemente, essa lógica opera no campo político e separa duramente os dominantes dos dominados, já que de um lado, os dominados não possuem todos no mesmo grau, os instrumentos, principalmente o capital cultural; de outro lado, essa visão agregativa torna-se favorável para os dominantes que, por terem a seu favor as estruturas da ordem social, podem se contentar com estratégias individuais. (BOURDIEU, 2005; OFFE, 1984).

Para Bourdieu (1989), as lutas políticas ocorrem num campo estruturado e estruturante que se constitui como campo de forças relacional, cujo eixo de relações se dá entre dominantes e dominados, numa dimensão, e entre mandantes e mandatários (e destes com suas organizações), noutra dimensão, todos posicionados diferencialmente em relação aos instrumentos de produção de representações legítimas do mundo social. No campo político, é através da concorrência direta entre os agentes que são gerados “produtos políticos” (problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos) entre os quais os cidadãos comuns devem “escolher”, de tal maneira que a vida política pode ser descrita como um mercado de bens regido pela lógica da oferta e da procura.

É importante entender o espaço de relação entre organizações da sociedade civil e Estado a partir do conceito de “campo”. Com este conceito, é possível escapar ao equívoco de tratar representantes da sociedade civil e do Estado como “personagens” que seriam homogêneos, unificados e orientariam sua ação para um sentido pré-determinado que poderia ser deduzido de algum modelo teórico normativo. Ao contrário, com o conceito de campo, tanto Estado quanto agricultores familiares se tornam espaços de disputa, estruturados a partir de relações de poder mais ou menos simétricas, no qual estão envolvidos diversos atores, orientações, objetivos e interesses (BOURDIEU, 1989; SILVA, 2005). No jogo político existe o dominante e o dominado, onde os dominantes possuem um “código propriamente político aplicado às posições especializadas do debate político” (p.25).

Combinados a esses conceitos (configuração e campos), podemos acrescentar os trabalhos de Neil Fligstein (2001) que, de acordo com Abramovay (2007), oferecem instrumentos teóricos consistentes para a compreensão das dinâmicas territoriais. Fligstein baseia-se no conceito de campo de Bourdieu para repensar a cooperação entre atores sociais. A ideia central de Fligstein é que os diversos atores formadores de uma determinada organização devem ter uma habilidade social (social skill) para fazer com que os demais cooperem. Para ele,

todos os seres humanos têm uma habilidade social em virtude de suas participações em grupos. Mas sabemos que alguns atores são socialmente mais habilidosos para fazer os outros cooperarem, em manobrar em torno de atores poderosos e em saber como construir coalizões políticas na vida (FLIGSTEIN, 2001; p. 107).

Do seu ponto de vista, essas habilidades são responsáveis pela construção e reprodução da vida social. É com base nessa capacidade de induzir a cooperação alheia que se constroem ordens locais que serão decisivas no funcionamento das organizações (ABRAMOVAY, 2007).

Segundo Neil Fligstein (2001), o conceito de habilidade social tem origem no interacionismo simbólico e é definida como uma habilidade para induzir a cooperação dos outros. Essa ideia é usada para identificar as distintas contribuições dos atores para a reprodução e estruturação da vida social.

Os atores que têm essa habilidade conseguem fornecer “frames” culturais e de identidade que possibilitam e motivam a cooperação. A abordagem permite fornecer instrumental para entender a emergência, a estabilidade e a transformação de diversos tipos de organizações sociais locais.

O autor trabalha com a noção de campo de Bourdieu e aprofunda tentando entender como os atores com habilidade social conseguem reproduzir e agir em determinadas situações, especialmente sob diferentes condições de poder e incertezas. Portanto, a reprodução dos campos dependerá da ação desses atores sociais. O autor entende campo como situações em que grupos organizados de atores reúnem e moldam suas ações visando uns aos outros. Esses atores devem estar atentos aos demais membros do grupo e como a organização/entidade atua, como deve levar em conta os demais atores e organizações presentes num

determinado campo. A chamada habilidade social é justamente a habilidade para perceber essas duas vias (interna e externa). A teoria dos campos de Bourdieu, desse ponto de vista, oferece ferramentas para entender como ordens locais são criadas, sustentadas e transformadas (FLIGSTEIN, 2001).

O autor também reflete sobre a importância da posição social para as interações sociais (redes sociais). E como os campos se relacionam.

Além disso, a possibilidade que a abordagem, a partir das interações sociais, permite apreender os padrões de relações entre os atores sociais e os atores e instituições do campo político-institucional, bem como suas mudanças ao longo do tempo –, constitui um importante instrumento para a operacionalização do conceito de desenvolvimento territorial.

O interessante da abordagem utilizada por Neil Fligstein é justamente apontar para o fato de que os atores não são meros reprodutores das estruturas sociais em que estão inseridos, mas têm a capacidade de modificar a relação de forças e de poder que está instaurada em determinados campos. Portanto, torna-se essencial compreender tanto a maneira como os atores se inserem em certas realidades como adquirem o poder de alterar as relações de forças (ABRAMOVAY, 2007).

O conceito de interação social assume papel muito importante na definição de um território. Modificam-se as percepções que os diferentes atores têm do espaço, facilitando as ligações entre as instituições e os atores a respeito de novas concepções e desafios. Combinando os conceitos de configuração (Elias) e de campo (Bourdieu) ao conceito de interação social percebemos que as políticas territoriais precisam ser pensadas no sentido de que os atores não apenas expressem seus conhecimentos, expectativas e conflitos, mas também suas habilidades de construir iniciativas coletivas e se organizarem em torno de novas ideias.

4 Considerações finais

Não existe dúvida sobre a importância dos estudos sobre a abordagem do desenvolvimento a partir da perspectiva territorial realizada ao longo das últimas duas décadas, os quais levaram à estruturação de um campo produtivo e qualificado no interior das Ciências Sociais brasileiras. Entretanto, como foi identificado no decorrer do artigo, ainda existem importantes lacunas na análise dessas experiências.

Na lógica trabalhada neste artigo, a formação de um território não pode ser apenas produto de uma diretriz institucional ou um arranjo geográfico: deve ser uma construção social. Resultará, portanto, do encontro e da mobilização dos atores sociais que integram um dado espaço geográfico e que procuram identificar e resolver problemas comuns. O processo de construção de um território é um processo necessariamente lento, que supõe uma construção social, através de uma negociação que permita harmonizar interesses conflitivos e que leve à construção de identidades, sejam políticas, econômicas ou culturais.

Para determinadas análises empíricas, uma vertente que parece ser bastante promissora é o cruzamento entre padrões relacionais e outros fatores causais – tais como atributos dos atores, configurações institucionais, estruturas de posições etc. –, de modo a identificar a fecundidade analítica de diferentes perspectivas teóricas e, ao mesmo tempo, produzir matrizes interpretativas dotadas da complexidade necessária para a análise dos objetos em foco (MOURA e SILVA, 2008).

Percebemos que utilizar a perspectiva territorial do desenvolvimento do ponto de vista de uma abordagem relacional pressupõe reconhecer os diferentes lócus de relações e processos sociais, econômicos, políticos e culturais.

Buscando afastar-se de perspectivas não relacionais, dicotômicas, maniqueístas estáticas, o presente artigo procurou sustentar o argumento de que não existe uma relação unívoca entre território e atores sociais. Ao contrário, conforme utilizamos a abordagem relacional, percebe-se que esta relação apresenta diferenciações de acordo com os distintos contextos analisados, os quais podem constituir, ao longo de suas trajetórias, configurações específicas, nas quais e pelas quais se definem as relações entre os atores, a gestão pública e, conseqüentemente, o fortalecimento do desenvolvimento territorial.

Por fim, ficam as indagações: como pensar nos espaços de participação no caso da política territorial brasileira e como consolidar um instrumento de política, centrada na gestão participativa, onde há fragilidades das organizações da sociedade civil? Se o território não é somente um espaço físico, como fortalecer as outras dimensões, ambiental, social, política etc? Pontos para reflexão.

5 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R; MAGALHÃES, R. & SCHROEDER, M. As forças sociais dos novos territórios – O caso da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul. Relatório intermediário Projeto - Disponível em http://www.abramovay.pro.br/outros_trabalhos/2005/Relatorio_intermediario_Pesquisa_RIMISP.pdf. Acessado em 14 mar 2011.

BEDUSCHI, L.; ABRAMOVAY, R. Desafios para a gestão territorial do desenvolvimento sustentável no Brasil. I Fórum Internacional Território, Desenvolvimento Rural e Democracia, Fortaleza, 2003, CD-ROM.

BORBA, J. ; SILVA, L. L. Sociedade civil ou capital social? Um balanço teórico. In: *Revista Alcance*, vol. 11, n. 03, 2004.

BRANDÃO, C. A. Teorias, estratégias e política regional e urbana recentes: anotações para uma agenda de desenvolvimento regional territorializado. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n.107, p.57-76, jul./dez., 2004.

BOURDIEU, Pierre. O mistério dos ministérios: das vontades particulares à "vontade geral". In: WACQUANT, Louic (org.). *O Mistério do Ministério*. Pierre Bourdieu e a política democrática. Rio de Janeiro, REVAN,. 2005.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1989.

_____. *O campo econômico*. A dimensão simbólica da dominação. Campinas: Papirus, 2000.

BRUNET, R., FERRAS, R., THERY, H. *Les mots de la géographie, dictionnaire critique*. Montpellier-Paris, Ed. Reclus - La Documentation Française, nouvelle édition, 1993.

BRUNET, R.- « Préface ». In Raffestin C. : *Pour une géographie du pouvoir*, Paris, LITEC : V-X, 1980.

BRUNET, R., *Le territoire dans les turbulences*, Paris, Reclus, 1991.

DELGADO, N; BONNAL, P & LEITE, S.P. Desenvolvimento territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais. *Relatório*, IICA/OPPA/CPDA, Rio de Janeiro, 2007.

DI MEO, G., *Géographie sociale et territoires*, Paris, Nathan, 1998.

ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

_____. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a.

_____. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, vol.1, 1994b.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. Disponível. em http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/Bernardo_QA.pdf. Acessado em 02 mar, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

GEHLEN, I. & RIELA. *Dinâmicas territoriais e desenvolvimento sustentável*. *Sociologias*, n.11, Porto Alegre, Jan./Jun, 2004.

GODELIER, M., *L'idéal et le matériel*, Fayard, 1984.

GUANZIROLLI, C.H. Experiências de desenvolvimento territorial rural no Brasil. *Textos para discussão*. UFF/Economia, maio, 2006. Disponível em http://www.uff.br/econ/download/tds/UFF_TD188.pdf. Acessado em 02 mai, 2011.

SABOURIN, E.P., TEIXEIRA, O. A., Planification du développement territorial au Brésil, Actes du séminaire, 28-30 septembre 1999, Campina Grande, Brésil, CIRAD, UFPB, Montpellier, France, Colloques, 2002.

SABOURIN, E. Desenvolvimento rural e abordagem territorial. In: SABOURIN, E.; TEIXEIRA (org) *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais*. pp.21-37. Embrapa, Distrito Federal, 2002.

SCHENEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun, 2004.

SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I. P. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. *Revista de Ciências Sociais*, Campina Grande, v. 23, n. 1-2, p. 99-117, jan./dez. 2004.

SCHNEIDER, S. Território, Ruralidade e Desenvolvimento. In: VELÁSQUEZ LOZANO, Fabio.; MEDINA, Juan Guillermo Ferro (Editores). (Org.). *Las Configuraciones de los Territorios Rurales en el Siglo XXI*. 1 ed. Bogotá/Colombia: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2009. Disponível em <http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/726.pdf>. Acessado em 22 mar 2011.

MOINE, A., *Le territoire: comment observer un système complexe*, L'Harmattan, Paris, 2007.

MOURA, Joana T.V. de; SILVA, Marcelo K. Atores sociais em espaços de ampliação da democracia: as redes sociais em perspectiva. In: *Revista de Sociologia e Política*, vol. 16, suplemento, Curitiba, agosto, 2008.

PECQUEUR, Bernard. *Dynamiques territoriales et mutations économiques*. Paris, L'Harmattan, 1996.

VEIGA, E. J. *Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Autores Associados, 2003.

VIEIRA, Paulo Freire; CAZELLA, Ademir Antonio. 2008. Desenvolvimento territorial sustentável em zonas rurais: subsídios para a elaboração de um modelo de análise. Disponível em: <
http://idrinform.idrc.ca/archive/corpdocs/123073/123073_7-22_ArtigoRimispFinal.pdf>. Acesso em 26 abr. 2010.

Submetido em 07/12/2011

Aprovado em 20/01/2014

Sobre os autores

Joana Tereza Vaz de Moura

Doutorado em Ciência Política. Professora do Departamento de Políticas Públicas, UFRN.

Endereço: Avenida Senador Salgado Filho, 3000 - Lagoa Nova. 59078-970 - Natal – RN – Brasil.

E-mail: joanateresa@gmail.com

Ivaldo Sousa Moreira

Mestre em Ciências Sociais: Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Doutorando em Géographie de l'Environnement – GEODE Université de Toulouse II -Le Mirail.

E-mail: moreiraival@gmail.com